

CENSO 2010 - HABITAÇÃO

Características dos alojamentos

A existência, ou não, da população sem-abrigo, a ocupação de alojamentos precários ou barracas, a partilha de um mesmo alojamento por mais do que agregado familiar, o fenómeno de segunda habitação, as condições sanitárias e de conforto, são entre outros, factores que reflectem as condições de vida de uma comunidade, constituindo o seu conhecimento uma base para o desencadear de acções e medidas para a resolução dos problemas de alojamento, fomentando de modo sustentado o desenvolvimento económico e social.

Todo esse esforço tem agora a possibilidade de ser desenvolvido com base num conhecimento mais exacto das necessidades, tendo em conta o manancial de informação deste sector disponibilizado no âmbito do Recenseamento Geral de População e Habitação, realizado em 2010.

CERCA DE 1600 EM ALOJAMENTOS PRECÁRIOS

Dos 141.706 alojamentos do tipo familiar recenseados em Cabo Verde, em Junho de 2010, verifica-se que 139.938 são do tipo clássico, ou seja, moradias independentes ou apartamentos incluídos em edifícios clássicos, e que 1.663 são do tipo não clássico (barracas – habitações construídas com chapas de bidão, cartão e material não resistente; contentores; improvisados em edifícios: garagens, escolas, fabricas). Foram recenseadas ainda 105 agregados familiares que na sua grande maioria são trabalhadores a residirem em Hotéis, residenciais e similares (alojamentos colectivos).

Relativamente aos alojamentos não clássicos, alojamentos de qualidade precária, verifica-se que estes representam cerca de 1,2% do total de alojamentos e albergam cerca de 1600 agregados familiares. Na sua grande maioria encontram-se nos meios urbanos, com especial destaque para os Concelhos de S. Vicente onde repre-

A problemática da habitação em Cabo Verde tem estado, ao longo dos tempos, no centro das atenções das autoridades, tanto municipais como nacionais, sendo certo que, o programa “Casa para todos” constitui a maior iniciativa pública para debelar as carências no sector, privilegiando as camadas mais desfavorecidas da população.



A cidade da Praia é o principal centro habitacional do país

sentam cerca de 4%, do Sal (3%) e do Paul (2%).

DESEQUILÍBRIOS NO ACESSO

Do total dos alojamentos recenseados, 120.010 (84,7 por cento) estavam ocupados, sendo que 79,5 por cento como residência habitual e 5,2 por cento como residência secundária ou de uso sazonal, e 21.544 (15 por cento) encontravam-se vazios, ou seja, disponíveis para vender, arrendar ou para outros fins.

Os alojamentos de uso sazonal tem um peso significativamente maior no meio rural do que no meio urbano (7,5 contra 3,9 por cento, respectivamente), com especial destaque para os Concelhos do Tarrafal de Santiago e o Tarrafal de S. Nicolau, com percentagens de cerca de 11 por cento de alojamentos de uso sazonal.

No que diz respeito às casas vazias, habitações disponíveis no mercado para venda, aluguer ou vazias por outros motivos, pode-se constatar que não existem diferenças significativas entre os dois meios de residência (15,6



Existem ainda em Cabo Verde agregados que habitam em condições muito precárias

no meio urbano contra 14,5 por cento no meio rural).

No entanto, é de realçar os Concelhos do Sal (27,9 por cento), S. Catarina do Fogo (22,7), Mosteiros (22,3 por cento) e Brava (21,4 por cento) onde o peso das casas vazias é significativamente superior à média nacional.

Os 112.643 alojamentos ocupados como residência habitual alojavam um total de 117.493 agregados familiares. Com efeito, o número médio de agregados familiares por alojamento é de 1,1, ou seja, 95,8 por cento dos alojamentos são habitados por um único agregado familiar, 2,7 por cento são habitados

o Desenvolvimento

amentos

o das preocupações das
a Todos”, que prevê a
mais importante iniciativa
idas da população.



Os alojamentos sem condições de saneamento são maioritários no meio rural



66% dos alojamentos possuem sistema de evacuação de águas residuais

meio urbano e o rural, e entre os vários Concelhos. Enquanto no meio urbano os alojamentos com ligação à rede pública de água constituem a grande maioria (60,8 por cento), no meio rural representam apenas 42,6 por cento.

Os Concelhos de S. Catarina do Fogo (36,4 por cento), Boavista (32,5 por cento), S. Domingos (31,5) e São Salvador do Mundo (15,7 por cento) são os com menores percentagens de alojamentos ligados à rede pública de distribuição de água.

Cerca de 66% dos alojamentos possuem um sistema de evacuação de águas residuais, sendo que 46,6% possuem fossas sépticas e 19,4% estão ligadas à rede pública de esgoto.

No meio urbano, cerca de 29 por cento dos alojamentos estão ligados à rede pública de esgotos e 48 por cento possuem uma fossa séptica. No meio rural somente 44 por cento dos alojamentos possuem fossa séptica e, verifica-se a ausência de rede pública de esgoto.

É de realçar que existem Concelhos com taxas de acesso a sistemas de evacuação de águas residuais abaixo dos 40%: são os casos de Ribeira Grande de Santiago (32,6%), S. Salvador do Mundo (35,6%) S. Domingos (37,2%), S. Miguel (37,6%) e S. Cruz (37,9%).

Cerca de 63 por cento dos alojamentos possuem instalações sanitárias, ou seja, sanita ou retrete, sendo que somente 43% possuem autoclismo.

Enquanto no meio urbano 74,2% dos alojamentos possuem instalações sanitárias, no meio rural somente 42,1% dos alojamentos possuem-nas. Nos Concelhos de S. Lourenço dos Órgãos, S. Domingos, S. Cruz, S. Salvador do Mundo, Ribeira Grande de Santiago, menos de 40% dos alojamentos possuem instalações sanitárias.

No que diz respeito às instalações de banho ou duche constata-se que 43,6 por cento dos alojamentos possuem pelo menos uma banheira ou poliban com chuveiro, sendo que no meio urbano (53,9%) a percentagem é significativamente superior à do meio rural (24,8%).

Cerca de 76% dos alojamentos possuem cozinha. No meio urbano a percentagem de alojamentos com cozinha é 10 pontos percentuais maior do que no meio rural, ou seja, 79,3% e 69,3%, respectivamente. É de salientar o facto de no meio rural uma percentagem significativa das cozinhas estarem no exterior do alojamento (29,6%).

os alojamentos em regime de arrendamento. Seguem-se, neste ranking, o Concelho da Boa Vista (39,6 por cento), da Praia com 36,5 por cento, e S. Vicente com 30,6 por cento de agregados que vivem em casas arrendadas.

Dos agregados familiares a residirem em alojamentos em regime de arrendamento, mais de metade, cerca de 51 por cento, paga uma renda mensal inferior a 10.000\$00. Pode-se igualmente aferir que, no meio rural, as rendas são significativamente mais baixas do que no meio urbano tendo em conta que, 79,3 por cento dos agregados familiares que pagam rendas nesse espaço geográfico declararam despendem menos de 10.000\$00, enquanto, nas cidades, essa percentagem é de 48,7 por cento.

INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

Em média os alojamentos familiares tem 3,3 divisões, sem contar com as casas de banho, cozinhas e corredores. A nível nacional cerca de 12 por cento dos alojamentos familiares tem uma única divisão.

O número eleva-se para 14,8 por cento no meio urbano, e a nível dos concelhos, os de Boavista (39,4 por cento), Sal (20,9 por cento), Praia (18,3 por cento) e Paul (16,4 por cento) apresentaram as percentagens mais elevadas.

No que toca à energia, cerca de 80 por cento dos alojamentos, a nível nacional, estão ligados a uma rede pública de electricidade. No entanto, constata-se que, enquanto no meio urbano, a quantidade de habitações com estas características elevam-se a 89,3 por cento, no meio rural não ultrapassa os 63,7 por cento.

Neste particular, os concelhos com menor taxa de electrificação domiciliar são os de S. Miguel, com 48,1 por cento, e S. Catarina do Fogo, com 46,7 por cento.

No que diz respeito à ligação à rede pública de distribuição de água, os resultados apurados pelo Censo 2010 indicam que, a nível nacional, somente 54,4 por cento dos alojamentos tem ligação a rede pública de distribuição de água.

Este indicador, também, confirma as disparidades acentuadas entre o

por dois agregados e 1,5 por cento por três ou mais agregados.

A grande maioria dos agregados familiares habita em casas próprias (65 por cento), sendo este fenómeno mais comum no meio rural (82,4 por cento) do que no meio urbano (56 por cento).

Em contrapartida, cerca de um quarto, ou seja, 25 por cento, moram em regime de arrendamento, enquanto 9,5 por cento usufrui dos alojamentos que ocupam em situação de cedência. Constata-se que o arrendamento é uma prática mais comum no meio urbano, uma vez que, nas cidades, 35,3 por cento dos agregados vive em casa de outrem.

Regista-se, neste particular, uma grande disparidade em relação ao que acontece no meio rural, onde apenas 5,6 por cento dos agregados familiares moram em casa arrendada, contra a grande maioria, cerca de 82 por cento, que habitam em alojamentos de que são proprietários.

Destaca-se o Concelho do Sal, onde mais de metade, ou seja, 53,7 por cento dos agregados familiares ocupam